



DECRETO Nº 713 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1998.

“Regulamenta a lei Municipal nº 372 de 10 de setembro de 1996, do Centro de Controle de Zoonoses - CCZ, e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Paracambi no uso de suas atribuições legais, contida no artigo 2º da lei Municipal 372/96,

DECRETA

Artigo 1º - O melhor desenvolvimento das atividades que objetivam o Controle das populações animais, assim como a prevenção e controle das Zoonoses e Doenças de transmissão vetorial pertinentes, no Município de Paracambi diretamente, e região consorciadamente, passam a ser reguladas por este instrumento legal.

Capítulo I
Disposições Preliminares.

Artigo 2º - O CCZAP/DTV, da Secretaria Municipal de Saúde de Paracambi, apoiado pelo Ministério da Saúde, através da FNS, é o responsável, em âmbito municipal, podendo ser regionalizado nas suas atividades fim, pelo planejamento, elaboração, coordenação e execução das ações mencionadas no artigo anterior.

Artigo 3º - São os seguintes cargos e funções, que comporão o Quadro Técnico e Operacional do CCZAP/DTV:

I - O Diretor do CCZ, símbolo CC1 nomeado pela Instância Municipal, deve zelar para o bom funcionamento da Unidade sob a sua responsabilidade, conjugando esforços para que a mesma esteja sempre pronta para desempenhar o seu papel na estrutura de saúde,

PUBLICADO EM 21/11/98
NO JORNAL Intereles



acompanhando o seu desenvolvimento e apontando possibilidades de melhoria dos serviços produzidos, e consequentemente, a melhoria da qualidade de vida da Sociedade.

II - A Equipe Técnica do CCZ, contará com profissionais pertencentes aos quadros técnicos da Prefeitura Municipal, e poderá contar com outros profissionais oriundos de outros órgãos, que possam ter atividades conjugadas com as atividades do CCZ, mediante protocolos de cooperação técnica e operacional, ou quando se julgarem necessários.

III - Os Agentes Operacionais do CCZAP/DTV, contará com os Agentes Operacionais do Município e da FNS, nas áreas administrativas e operacionais, que estarão a serviço do Município para desenvolver as atividades de laboratório e campo em todas as suas fases, podendo os mesmos serem deslocados para qualquer atividades em áreas do Estado e até do Território, quando se julgarem procedimentos técnicos necessários. Os servidores estaduais ou federais sob a coordenação municipal cedido para o CCZ, deverão ser enquadrados na rotina da unidade de acordo com o Programa de trabalho no qual serão utilizados, sem prejuízo dos demais procedimentos peculiares ao seu órgão de origem, como pagamento, férias entre outros.

Artigo 4º -

O Departamento Técnico, será composto das seções a seguir discriminadas, devendo as mesmas serem ocupadas por profissionais do quadro de servidores do Município, ou por colaboradores de outras instituições com atividades conjuntas ao CCZ na falta destes, além de pessoal de apoio operacional.

SEÇÃO DE ZOONESES E ANIMAIS PEÇONHENTOS

SEÇÃO DE LABORATÓRIOS

SEÇÃO DE VETORES E ROEDORES

SEÇÃO DE INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO SANITÁRIA

Parágrafo Único: Estruturadas as Seções de que trata este artigo, as mesmas deverão disciplinar as atividades de cada uma ao Departamento Técnico,



através de Planos de Trabalho, onde deverão constar todas as necessidades para uma melhor oferta de serviços a serem executados. O Departamento Administrativo, da mesma forma procederá através da Coordenação de assuntos gerais.

Artigo 5º -

O Orçamento do CCZ, será composto das Receitas abaixo ou outras que se fizerem necessárias na forma da lei:

- 1 - Recursos próprios do Orçamento Municipal.
- 2 - Taxas e Emolumentos.
- 3 - Prestação de Serviços.
- 4 - Outras Receitas correntes.

Artigo 6º -

Ficam definidos os seguintes termos, para uma melhor compreensão da lei:

- 1 - CCZAP/DTV - Centro de Controle de Zoonoses e Animais Peçonhentos/Doenças de Transmissão Vetorial.
- 2 - MS/FNS - Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde.
- 3 - CNZAP - Coordenação Nacional de Zoonoses e Animais Peçonhentos.
- 4 - ZOONOSES - Doenças transmissíveis que ocorrem naturalmente entre os animais e o homem.
- 5 - ANIMAIS:
 - a) - DE ESTIMAÇÃO: Aqueles de valor afetivo ao homem.
 - b) - SINANTRÓPICOS: Aqueles que convivem com o homem, de maneira indesejável, causando incômodo, no domicílio ou peridomicílio, tais como moscas, roedores, pulgas, baratas, mosquitos entre outros.
 - c) - SOLTOS: Aqueles vistos como errantes, sem nenhum instrumento de contenção.
 - d) - DE USO ECONÔMICO: Aqueles domesticados, visando a produção econômica.



e) - **SELVAGENS:** Todos aqueles que não estejam enquadrados no modo doméstico.

f) - **UNGULADOS:** Mamíferos com os dedos revestidos de cascos.

g) - **APREENDIDOS:** Todo e qualquer um que seja capturado por servidores do Centro de Controle de Zoonoses de Paracambi, desde o instante da captura, seu transporte, alojamento e destinação final.

h) - **EXÓTICOS:** Os que sejam de espécies estrangeiras.

Artigo 7º -

O CCZ, realizará atividades de controle das populações animais visando interromper sempre quando necessário o ciclo de transmissão da doença ao homem e aos animais, promovendo através de práticas científicas e operacionais:

1 - A profilaxia das principais Zoonoses de interesse em saúde pública através de:

Observações de animais.

Investigações de focos de raiva e de outras Zoonoses.

Apreensão de animais.

Vacinação.

Internação e manutenção de animais apreendidos.

Registro de animais resgatados ou trazidos para vacinação e registro.

Sacrificar e acompanhar o destino das carcaças dos animais não registrados e comprovadamente portadores de Zoonoses.

2 - Controle das populações murinas através de:

Vigilância de focos de roedores;

Ações de desratização;

Ações de anti-ratização;

Pesquisas técnicas visando o estudo da biologia dos roedores, testes de eficiência de produtos, rotenticidas, estudo das situações epidemiológicas



3 - Controle de Vetores através de:

Vigilância de focos de vetores.
Desinsetização e desinfecção.
Estudos taxonomicos entomologicos.
Pesquisas técnicas da biologia dos vetores, do estudo da eficiência dos inseticidas e da qualidade do maquinário e uso nas operações de campo e laboratório.

Artigo 8º -

Constituem objetivos básicos das ações de controle das zoonoses e das populações animais:

I - Prevenir, reduzir e eliminar as causas de sofrimento aos animais.

II - Preservar a saúde da população, através da utilização de conhecimentos especializados e experiência em biologia geral e médica veterinária, entre outros que se julguem necessários.

IV - Manter os registros dos animais existentes no perímetro urbano.

Capitulo II

Da Apreensão e destinação dos Animais.

Artigo 9º -

É proibida a permanência de animais soltos nas ruas e logradouros públicos ou locais de livre acesso ao público.

Artigo 10º -

É proibido o passeio de cães nas vias e logradouros públicos, excetos com o uso adequado de guia e conduzidos por pessoas com idade e força suficientes para controlar os movimentos do animal.

I - Os cães mordedores ou bravios somente poderão sair nas ruas devidamente amordaçados.

II - Os agentes do CCZ, poderão e deverão orientar os donos de animais quanto à maneira adequada do trato com os animais enquadrado neste artigo.



III - Caso haja permanência do fato incorreto.

Artigo 11º -

Serão apreendidos todos os cães mordedores, condição esta constatada por Agentes do CCZ, ou comprovada por vias legais de ocorrência policial.

Artigo 12º -

Será apreendido todo e qualquer animal:

I - Encontrado solto nas vias e logradouros públicos ou local de livre acesso ao público.

II - Sujeito de raiva ou outra zoonoses.

III - Sujeito a maus tratos por seu proprietário ou preposto deste.

IV - Mantido em condições inadequadas de vida ou alojamento.

V - Cuja criação ou uso sejam vetadas pela presente lei.


Parágrafo Único - Os animais apreendidos por força do disposto neste artigo, somente poderão ser resgatados se constatado, por Agentes do CCZ, ou corpo técnico deste, quanto não mais subsistirem as causas ensejadoras da apreensão.

Artigo 13º -

Todo animal, de qualquer espécie, solto em lugares públicos, será apreendido e recolhido, se necessário, ao CCZ ou depósito Municipal, ficando seu proprietário ou responsável sujeito à multa e respectivo "quantum" de gastos com manutenção do mesmo, enquanto nas dependências do local de destinação,

I - A multa prevista neste artigo somente será aplicada, no caso de ter havido uma primeira apreensão do mesmo animal, onde tenha sido aplicados argumentos técnicos pelos Agentes responsáveis, quanto ao procedimento que

deverá ter sido adotado pelo proprietário, no ato da inspeção ou apreensão. Isto contudo não absorve o proprietário de pagamento de "quantum" por manutenção do animal





II - Os animais, de qualquer espécie, apreendidos serão registrados no CCZ, em livro próprio, mencionado o dia, local e período da apreensão, raça, sexo, pelagem, sinais característicos e serão, obrigatoriamente, vacinados ou revacinados,

III - O animal cuja apreensão for impraticável poderá a juízo do corpo técnico do CCZ, ser sacrificado "in loco".

IV - O CCZ, não se responsabilizará por danos ou traumas provocados por animais errantes ou que estes possam sofrer no momento da apreensão ou quando apreendidos, executando-se os casos onde houver comprovação de imperícia ou negligência técnica.

Artigo 14º -

O animal apreendido ficará no CCZ ou Depósito Municipal, pelo prazo de 03 (três) dias, excluindo o da apreensão, para cães e 07 (sete) dias para outras espécies.

1 - Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, o animal da espécie canina e/ou felina, poderá ser sacrificado por processo que lhe evite tanto quanto possível, o sofrimento.

2 - Os animais de outras espécies, serão colocados em hasta pública, que se realizará em dia e hora marcada pelo Órgão de Imprensa Oficial do Município, com 03 (três) dias de antecedência.

3 - Cada animal, será avaliado pelo Corpo Técnico do CCZ, calculando-se também o "quantum" de multa, despesas de apreensão e manutenção, servindo o total como base para o lance mínimo inicial, quando o caso for de leilão em hasta pública.

4 - Ao arrematante, será fornecido guia do "quantum" para recolhimento a conta do Município e a vista do recibo entregar-se-à o animal acompanhado de certificado de propriedade extraído do Livro de Registro.



- Artigo 15º - O serviço de apreensão de animais fica a cargo do CCZ ou outro Órgão Municipal habilitado por este, devendo ser realizado por pessoal devidamente treinado e autorizado, com veículo próprio que se destine a este fim, devendo ser caracterizado para tal.
- Artigo 16º - Dentro dos prazos estabelecidos, poderão os interessados retirar os animais domésticos desde que:
- Proven sua propriedade;
Paguem as multas e despesas da apreensão e manutenção.
- Artigo 17º - A Juízo da Procuradoria Geral do Município, os animais apreendidos e não sacrificados ou não arrematados, na forma do **artigo 13**, poderão ser cedidos a Estabelecimentos Científicos ou Instituições Filantrópicas.
- Artigo 18º - Os animais apreendidos, poderão sofrer as seguintes destinações regulamentadas pelo Corpo Técnico do CCZ.
- 1 - Resgate.
 - 2 - Leilão em Hasta Pública.
 - 3 - Adoção, não extensiva a grande animais.
 - 4 - Doação.
 - 5 - Sacrifício.

Capítulo III **Da Responsabilidade dos** **Proprietários de Animais**

- Artigo 19º - Os atos danosos cometidos pelos animais, são de inteira responsabilidade de seus proprietários ou preposto deste, inclusive durante a apreensão.
- /



Artigo 20 - É de responsabilidade dos proprietários a manutenção dos animais em perfeito estado de saúde, com alojamento, alimentação e bem estar geral, bem como, as providências pertinentes a remoção de dejetos por eles depositados em vias públicas.

Artigo 21 - É proibido abandonar animais em qualquer área urbana pública, sendo que os animais não mais desejados por seus proprietários serão encaminhados ao CCZ, para correta destinação.

Artigo 22º - A manutenção de animais em condomínios ou similares, serão regidos por sua próprias convenções respeitando a Legislação vigente sobre o assunto.

Capítulo IV Dos Animais Sinantrópicos

Artigo 23 - Ao Município, compete a adoção de medidas necessárias para a manutenção de suas propriedades, de convívio ou de comércio, limpas e isentas de animais da fauna sinantrópicas.

1 - O Corpo Técnico do CCZ, poderá intervir, adequadamente no imóvel, caso se faça necessário, para garantir a melhoria da qualidade de vida da comunidade ou visando solucionar problemas de cunho sanitário (Epidemias e Estudos Técnicos).

Artigo 24º - É proibido, salvo situações definidas pelo CCZ, acumular lixo nas Unidades Prediais.

Artigo 25º - Os estabelecimentos de comércio ou armazenamento de pneumáticos e borracha, são obrigados a manter isenta de coleções de água limpa ou estagnada, visando evitar a proliferação de moscas e mosquitos.

Artigo 26º - Ao Município, compete evitar a criação e proliferação de mosquito *Aedes Aegypti*, através da destinação correta de depósitos inservíveis tais como latas, plásticos, borrachas, bem como, através da cobertura com material adequado,



caixas de água, cisternas, barris e outros depósitos que acumulem água para o consumo humano.

Artigo 27º - O CCZ, disporá sempre que necessário de Agentes ou Corpo Técnico para acompanhar as atividades sempre que solicitado. Pelas propriedades privadas e obras da Construção Civil, sendo obrigatória a drenagem permanente nestes locais de coleções líquida, originadas ou não pelas chuvas de forma a impedir a proliferação de moscas e mosquitos.

Artigo 28º - O CCZ, deverá apoiar observadas circunstâncias técnicas e operacionalmente toda e qualquer atividade realizada ou solicitada, no âmbito Municipal ou fora destes, que seja correlata ao controle de animais sinatrópicos.

Capítulo V Das Disposições Finais.

Artigo 29º - É obrigatória a vacinação anti-rábica no âmbito Municipal e ao proprietário do cão vacinado será fornecido comprovante.

Artigo 30º - São proibidos no Município de Paracambi, salvo as exceções estabelecidas nesta lei e situações especiais, a juízo do órgão sanitário responsável, a criação, manutenção e transporte de animais selvagens da fauna exótica.

I - Ficam adotadas, as disposições da lei Federal nº 5197 de 03 de janeiro de 1967, no que tange a fauna brasileira;

II - Somente serão permitidas a exibição artística ou circense de animais após a concessão de laudo específico, emitido pelo órgão responsável sanitário, após vistoria técnica;

III - Todo e qualquer animal que esteja evidenciado sintomatologia clínica de raiva, constatado por Médico Veterinário, deverá ser prontamente isolado e/ou sacrificado e seu cérebro encaminhado a laboratório oficial.

Artigo 31º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JH



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CIRCULAR INTERNA/GABINETE/SMS

Nº 05/2017

ASSUNTO: AGENDAMENTO - SERVIÇOS DE TRANSPORTE - VEÍCULOS DA SAÚDE.

De: SECRETARIO MUNICIPAL DE SAUDE

Para: TODOS OS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Considerando a estruturação pela Secretaria Municipal de Transportes no controle de distribuição de combustível e uso de veículos,
Considerando a redução da frota de veículos em desuso, e o decorrente processo para a baixa patrimonial.
Considerando a otimização no atendimento à agenda administrativa das unidades de saúde e da secretaria como um todo.
Considerando a demanda prioritária para a utilização das ambulâncias e transporte de pacientes.

RESOLVE:

1 - Que o abastecimento e uso dos veículos para serviços de transporte da frota da saúde, estarão sob o controle da Diretoria de Transporte e:

I - Para as unidades da rede de saúde e setores administrativos da Secretaria de Saúde:

a) agendar com um prazo prévio de cinco dias no mínimo, as reuniões fora do município, através do email agendatransporte.saudepbi@gmail.com. Informando o local de origem e destino e a referência da reunião.


b) As rotinas de serviços, dentro do município, serão agendados através do email agendatransporte.saudepbi@gmail.com, informando o local de origem e destino e a referência do serviço.

II - O controle do combustível, priorizará a demanda no uso das ambulâncias, e as Vans para o transporte de pacientes.

III - Os carros de passeio, para atender as rotinas de serviços serão autorizados o abastecimento, de acordo com o agendamento dos serviços e autorização do ordenador desta pasta.

IV - O usuário do serviço, assinará o formulário de monitoramento veicular Do Ofício Circular/CGM/PMP nº 144/2017.

2 - Esta resolução entra em vigor a partir de 10 de novembro de 2017.


Antonio Carlos da Souza Ferreira
Secretario Municipal de Saúde